CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1436/87 - Apenso PROC. DRERP N° 4217/87

INTERESSADOS: Karia Pires Árabe e outros

ASSUNTO: Recurso contra retenção dos alunos Cristiane Pires Arabe, Edimara Regina Rodrigues, José Américo Posses e Rodrigo Piedade Zaninotto retidos na 5ª série do 1º grau, da EEPSG "Jesuino de Arruda"/São Carlos.

RELATORA: Consª. Anna Karia Quadros Brant de Carvalho

PARECER CEE N° 1660/87

APROVADO EM 11/11/87

CONSELHO PLENO

1- HISTÓRICO:

As senhoras genitoras dos alunos Cristiano Pires Árabe, Edimara Regina Rodrigues, José Américo Pesse e Rodrigo Piedade Zaninotto, em requerimento datado de 06-7-87, dirigido ao Sr. Delegado de Ensino de São Carlos, solicitaram o encaminhamento do expediente ao Conselho Estadual de Educação em grau de recurso, contra a decisão da EEPSG "Jesuino de Arruda" da DE de São Carlos, que denegou o pedido de reconsideração da retenção de seus filhos na 5ª série, ocorrido em 1986 no componente curricular Matemática, após estudos de recuperação final.

Mediante os documentos anexados ao processo, constatou-se que o desempenho de cada aluno durante o ano letivo em Matemática, único componente em que ficaram retidos, foi o seguinte:

Nome	1ºB.	2ºB.	3ºB.	4ºB.	Con.F.	Rec.	Res.	Final
Cristiane Pires Arabe	C	D	D	C	D	D		Retida
Edimara Regina Rodrigues	B	C	D	D	D	E		Retida
José Américo Pesse	C	B	D	D	D	E		Retido
Rodrigo Piedade Zaninotto	D	C	B	E	D	E		Retido

Inicialmente, as mães entraram com pedido de reconsideração da reprovação de seus filhos na disciplina Matemática, junto à direção da escola, argumentando que os mesmos atingiram, satisfatoriamente, os objetivos de ensino do 1º grau na análise global, dentro da legislação pertinente.

A direção da escola, após ouvir o professor de Matemática que procedeu a revisão das provas de recuperação final, concluindo pela manutenção do conceito, que foi posteriormente homologado pelo Conselho de Classe que se realizou no dia 03-02-87, e lavrado em Ata, denegou o pedido na inicial.

Inconformadas, as peticionárias requereram a reconsideração da denegação do pedido apresentando fatos novos, tais como: a não participação de uma professora no Conselho de Classe que ministrou aulas para os referidos alunos e sim de outra que não lecionou para aquela classe; o professor de Matemática não ministrou o mínimo de 5 aulas destinadas à recuperação, apenas indicando as páginas dos exercícios a serem efetuados em casa, em quantidade aproximada de 250 (duzentos e cinquenta exercícios), não orientando sequer como resolvê-los; o referido professor não usou de dois instrumentos de avaliação; ausência de recuperação paralela durante o ano letivo; a metodologia adotada pelo professor, que não é um profissional improvisado, foi por várias vezes questionada verbalmente junto à direção, pois os educandos sentiram-se com dificuldades de adaptação ao método, visto o grande número de alunos reprovados na referida disciplina (fls.91 a 95 do Processo DRERP N° 4217/87).

A direção da escola, em função do pedido de reconsideração, decidiu pela homologação dos conceitos atribuídos naquela recuperação esclarecendo todos os fatos questionados pelos requerentes, colocando à disposição dos interessados todos os documentos comprobatórios das alegações feitas pela escola.

As requerentes solicitaram a reconsideração das retenções dos alunos ao nível de Delegacia de Ensino, após a denegação do pedido na escola.

O Sr. Supervisor de Ensino da D.E. de São Carlos, após análise de toda a documentação apresentada e do parecer do Conselho de Classe, pronunciou-se pelo não provimento ao recurso interposto. Entre outras alegações, a de que os atos formais foram desenvolvidos dentro da legislação vigente. O Sr. Delegado de Ensino acolheu o parecer do Supervisor, indeferindo o pedido.

Assim, as peticionárias solicitaram a juntada dos documentos à Delegacia de Ensino e encaminharam o presente ao Conselho Estadual de educação.

No âmbito da Divisão Regional de Ensino de Ribeirão Preto, a Assistência Técnica do Ensino do 1º Grau declarou que só o aspecto da legalidade, o processo de avaliação da aprendizagens foi desenvolvido corretamente. Entretanto, questionou as distorções no processo de recuperação apontando algumas delas, principalmente quanto ao fato de os professores e especialistas não estarem devidamente esclarecidos quanto à função do Conselho de Classe, e, ainda, a conclusão emitida por este de que "os alunos não atingiram o mínimo dos objetivos propostos", o que não condiz com os conceitos B e C por eles obtidos durante o ano.

Apesar da Assistência Técnica da DRE manifestar que em face do tempo decorrido, essas falhas não poderiam ser corrigidas, "medidas urgentes se fazem necessárias para que situações como essa não ocorram com a frequência que se tem verificado. Os processos de avaliação e de recuperação precisam ser retomados e reorientados".

O Sr. Diretor da Divisão Regional de ensino acolheu o parecer da Assistência Técnica, propondo o encaminhamento do expediente à CEI.

A autoridade no âmbito da CEI considerando: não ser instância competente para reapreciar o caso, para manter ou reformular a decisão; o caráter de urgência que a natureza do processo requer, encaminhou os autos ao Gabinete do Sr. Secretário da Educação para posterior remessa ao Conselho Estadual de Educação.

2 - APRECIÇÃO:

Pelas informações prestadas pela direção da Escola, não houve irregularidade alguma quanto ao processo de recuperação final e o Conselho de Classe, nas sessões realizadas, homologou o conceito final dado pelo professor de Matemática.

Computando-se os trinta e dois conceitos obtidos pelos alunos, durante o ano, nos quatro semestres nas diversas disciplinas verifica-se o seguinte:

	Conceitos				
	A	B	C	D	E
José Américo Pesse.	01	15	13	03	0
Cristiane Pires Árabe	08	10	09	05	0
Edimara Regina Rodrigues	07	09	13	03	0

Rodrigo Piedade Zaninotto veio transferido de outra escola.

Curso, apenas, os dois últimos bimestres na EEPSG "Jesusino de Arruda". Dos 16 conceitos obtidos, durante os dois bimestres, em todas as disciplinas, verifica-se o seguinte:

	A	B	C	D	E
	02	08	05	0	01

Pela análise destes resultados, os professores, no Conselho de Classe, não estudaram a situação global dos alunos, em todas as disciplinas.

José Américo Pesse, obteve 90,6% dos conceitos entre A,B,C; Cristiano Pires Árabe, 84,3% dos conceitos entre A,B,C; Edimara Regina Rodrigues, 90,6% dos conceitos entre A,B,C. - observa-se que dentre esses conceitos, a maioria é A e B.

No caso de Rodrigo Piedade Zaninotto, como só constam os resultados dos dois últimos bimestres, verifica-se que obteve 93,7% dos conceitos entre A,B, e C.

Solicita-se ao Conselho de Classe que analisem a situação global do aluno e reflitam a respeito da adequação de retenção de alunos em uma única disciplina, em face dos bons resultados por eles obtidos na série.

Considera-se que a reprovação só deva ocorrer quando os alunos não têm condições de acompanhar as disciplinas do ano seguinte, caso que não ocorre com estes alunos. Se estes alunos se saíram bem na quase totalidade das disciplinas, terão, com certeza, condições de repor o que não aprenderam em Matemática, neste ano, e acompanhar seu conteúdo na série seguinte.

Há ainda a acrescentar que "um índice de 52,77% de reprovação, em Matemática, no 3º bimestre e de 58,33% no 4º bimestre na 5ª serie C, bem como um número alto de retenção (8 alunos) dentre os 12 submetidos a recuperação, demonstra que algum

problema existia no ensino desta disciplina, problema este, que deveria ter sido estudado pelo Conselho de Classe, e sanado para que os alunos não ficassem prejudicados.

3- CONCLUSÃO:

A vista do exposto, consideram-se aprovados em caráter excepcional os alunos Cristiane Pires/Árabe, Edimara-Regina Rodrigues, José Américo Pesse e Rodrigo Piedade Zaninotto na 5ª série C da EEPSC "Jesuino de Arruda", DE de São Carlos, DRE de Ribeirão Preto, estando aptos a matricularem-se, na 6ª serie do 1º grau, em 1988.

Solicita-se à direção da escola que oriente-as reuniões do Conselho de Classe, nos termos deste Parecer.

São Paulo, 14 de outubro de 1987

a) Consª. Anna Maria Quadros Brant de Carvalho
Relatora

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de novembro de 1987

a) Consº JORGE NAGLE
Presidente